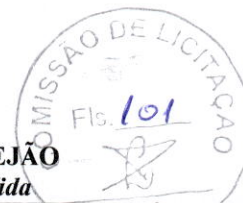




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

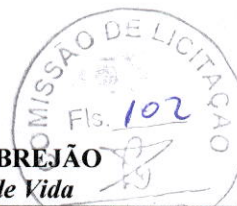
12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail prefeiturabrejao2021@gmail.com

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

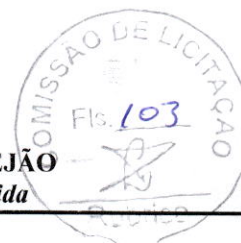
14.11.4. ANEXO IV - Modelo de Ata de Registro de Preços;

São Francisco do Brejão (MA), 27 de março de 2026

Geciane Carneiro Barroso
Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
(Processo Administrativo nº 025/2026)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição eventual e futura de medicamentos e materiais de consumo hospitalares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

FARMÁCIA BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG – COMPRIMIDOS	267503	7.000	UND	0,13	910,00
2	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG – GOTAS	267503	3.000	UND	9,64	28.910,00
3	AZITROMICINA 600MG - SUSPENSÃO ORAL	267140	5.000	UND	14,49	72.466,67
4	AMOXICILINA 875MG+ACIDO CLAVULÂNICO 125MG – COMPRIMIDOS	271111	10.000	UND	5,60	56.033,33
5	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	30	CX	711,59	21.347,60
6	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	2	CX	1.028,20	2.056,40
7	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	7	CX	704,77	4.933,37
8	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA – COMPRIMIDOS	270622	7.000	UND	0,67	4.713,33
9	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP. C/480	267671	150	CX	62,40	9.360,00
10	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HID. MAGNÉSIO + SIMETICONA SUSP. 100ML C/50	433257	200	CX	393,67	78.733,33
11	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSP. 100ML	433257	200	CX	278,70	55.739,33
12	HIDRALAZINA 25MG-COMPRIMIDO	268115	3.000	UND	2,03	6.090,00
13	HIDRALAZINA 50MG-COMPRIMIDO	268115	3.000	UND	0,92	2.770,00
14	SULFATO FERROSO 40MG - COMPRIMIDOS	406799	50.000	UND	0,14	6.833,33
VALOR TOTAL						350.896,70

INJETÁVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
15	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJ. 5ML C/100 AMP.	327566	30	CX	310,44	9.313,10
16	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG - COMPRIMIDOS	267503	1000	UND	0,13	126,67
17	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG – GOTAS	267503	500	UND	9,72	4.858,33
18	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML C/100 AMP.	271691	70	CX	155,63	10.893,87
19	ÁGUA PARA INJEÇÃO EV/IM - 500ML C/24 FR	315056	100	CX	206,67	20.667,33
20	AMPICILINA 1G - INJ. C/50 AMP.	268207	10	CX	416,60	4.166,00
21	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	15	CX	638,10	9.571,50
22	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 10MG C/10 AMP.	270095	10	CX	249,43	2.494,27
23	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 15MG C/10 AMP.	270095	10	CX	269,43	2.694,33
24	CEFALOTINA SÓDICA 1G - INJ. C/50 AMP.	460699	30	CX	565,65	16.969,60
25	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML - SOLUÇÃO INJ. C/100ML	267632	50	UND	17,20	860,17
26	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 8MG C/50 AMP.	268507	40	CX	136,16	5.446,40
27	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML + GLICOSE 8%	270095	300	AMP	7,07	2.120,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



28	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML - INJ. 3ML C/100	271000	100	UND	121,35	12.135,00
29	FUROSEMIDA 10MG/ML INJ. 2ML C/50 AMP.	267666	70	CX	70,40	4.928,00
30	HEPARINA SÓDICA INJ. 5.000UI/ML E 5.000UI	448983	30	UND	27,47	824,20
31	HIDRALAZINA 20 MG/ML C/100 AMP.	268115	30	CX	406,27	12.188,00
32	NEOCAÍNA PESADA 0,5% INJ. C/40 AMP.	272167	10	CX	771,57	7.715,67
33	NORIPURUM 100MG/ML	292344	500	AMP	28,03	14.015,00
34	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG INJ. 1ML C/50 AMP.	269761	50	CX	115,25	5.762,50
35	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML	627367	20	CX	363,65	7.273,07
36	OXACILINA INJETÁVEL 500MG	268513	1.200	AMP	8,44	10.132,00
VALOR TOTAL						165.155,00

INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
37	APARELHO DE GLICEMIA	609957	200	UND	69,64	13.928,67
38	APARELHO SONAR PORTÁTIL	454905	50	UND	1.281,30	64.065,00
39	AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL RAQUIDIANA 25G C/25 UND	423947	50	CX	207,72	10.386,00
40	ATADURA DE GESSADA 20CM C/20 UM	444354	200	PCT	207,46	41.492,00
41	CLOREXIDINA DEGERMANTE 1000ML	398705	200	FR	34,04	6.807,33
42	CLOREXIDINA ALCOÓLICO 1000ML	626227	200	FR	31,10	6.220,00
43	CLOREXIDINA AQUOSO 1000ML	457163	200	FR	29,85	5.969,33
44	ESCOVA P/ASSEPSIA COM DEGERMANTE 2%	620165	20	UND	3,42	68,33
45	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 0	487629	30	CX	460,80	13.824,00
46	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 2	487629	30	CX	460,80	13.824,00
47	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 3	487629	30	CX	450,00	13.500,00
48	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 4	487629	30	CX	452,40	13.572,00
49	FORMOL 1000ML	443871	6	FR	59,28	355,68
50	FRALDA GERIÁTRICA TAM: P	616018	500	UND	12,18	6.091,67
51	FRALDA GERIÁTRICA TAM: M	616018	500	UND	13,53	6.763,33
52	FRALDA GERIÁTRICA TAM: G	616018	1.000	UND	16,90	16.900,00
53	FRALDA GERIÁTRICA TAM:GG	616018	1.000	UND	20,23	20.233,33
54	FRASCO UMINIFIADOR DE OXIGÊNIO 250ML	395538	200	UND	35,33	7.065,33
55	GEL PARA ULTRA-SOM 5L	475840	100	UND	46,02	4.602,33
56	GLUTARALDEIDO 2% 1000ML	389527	15	UND	60,70	910,50
57	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:P	406274	2.000	UND	4,71	9.413,33
58	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:M	406274	2.000	UND	4,85	9.693,33
59	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:G	406274	2.000	UND	4,94	9.880,00
60	LANCETA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADE	303151	200	CX	27,70	5.540,00
61	LENÇOL DESCARTÁVEL HOSPITALAR	615779	300	ROL	54,21	16.263,00
62	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.0 (PAR)	620102	1.000	UND	2,61	2.613,33
63	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.5 (PAR)	620102	1.000	UND	2,85	2.846,67
64	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-8.0 (PAR)	620102	900	UND	2,92	2.628,00
65	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-G C/100 UM	620102	1.000	CX	37,80	37.800,00
66	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ENCAIXAR	623739	50	UND	13,68	684,17
67	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ROSQUEADA	623739	50	UND	14,45	722,33
68	MÁSCARA P/ INALAÇÃO INF. ENCAIXAR	623739	50	UND	15,47	773,33
69	MULTIVIAS 2 VIAS C/CLAMP	609816	5.000	UND	1,42	7.083,33
70	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	618293	100	UND	8,99	898,67
71	PROPÉ DESC. C/100 UM	436853	100	PCT	12,56	1.256,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



72	SACOS DE LIXO HOSPITALAR BRANCO 60 LITROS	635629	400	UND	8,07	3.228,00
73	SACO PARA LIXO INFECTANTE REFORÇADO 100L PCT 100	635629	30	PCT	21,46	643,70
74	SACOS DE LIXO PLATICOS PRETO 60 LITROS	635629	200	UND	1,51	302,00
75	SABONETEIRA/DISPENSER DE PAREDE COM RESERVATÓRIO INTERNO PARA ÁLCOOL, GEL OU SABONETE LÍQUIDO	477938	20	UND	44,10	882,00
76	SCALP N-23	437168	2.500	UND	0,41	1.025,00
77	SCALP N-25	437168	2.500	UND	0,43	1.066,67
78	SCALP N° 19	437168	1.000	UND	0,44	443,33
79	SCALP N° 21	437168	1.000	UND	0,45	450,00
80	SERINGA DESC. 01ML C/AG 13X4.5	439728	3.000	UND	0,38	1.130,00
81	SERINGA DESC. 03ML C/AG 25X7.0	439728	5.000	UND	0,40	1.983,33
82	SERINGA DESC. 05ML C/AG 25X7.0	439728	10.000	UND	0,41	4.133,33
83	SERINGA DESC. 10ML C/AG 25X7.0	439728	10.000	UND	0,53	5.266,67
84	SERINGA DESC. 20ML C/AG 25X7.0	439728	10.000	UND	0,72	7.166,67
85	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-10	454401	400	UND	1,86	744,00
86	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-12	454401	400	UND	1,85	740,00
87	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-14	454401	400	UND	1,82	726,67
88	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-16	454401	400	UND	1,84	737,33
89	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-18	454401	400	UND	1,88	750,67
90	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-08 C/10	454401	20	CX	64,49	1.289,73
91	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-10 C/10	454401	20	CX	62,85	1.257,00
92	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-12 C/10	454401	20	CX	63,55	1.271,07
93	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-14 C/10	454401	20	CX	64,49	1.289,73
94	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-16 C/10	454401	20	CX	64,49	1.289,73
95	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-18 C/10	454401	20	CX	64,02	1.280,40
96	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-20 C/10	454401	20	CX	62,85	1.257,00
97	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-14	454401	1.000	UND	1,79	1.786,67
98	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-16	454401	1.000	UND	1,83	1.826,67
99	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-18	454401	1.000	UND	1,87	1.866,67
100	SONDA URETRAL N-08	454401	1.500	UND	1,39	2.090,00
101	SONDA URETRAL N-14	454401	1.500	UND	1,38	2.065,00
102	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	452796	1.000	UND	13,23	13.226,67
103	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	452796	1.000	UND	8,12	8.123,33
104	SORO GLICOSADO 100ML	452796	1.000	UND	7,24	7.236,67
105	SORO GLICOSADO 250ML	452796	1.000	UND	7,57	7.570,00
106	SORO GLICOSADO 500ML	452796	1.000	UND	10,58	10.583,33
107	SORO RINGER SIMPLES 500ML	452796	1.000	UND	11,57	11.566,67
108	TESOURA CIRURGICA RETA INOX 17CM	637041	30	UND	89,50	2.685,00
109	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ	356905	1.000	UND	4,07	4.066,67
110	TESTE RÁPIDO PAR HTLV	30114	1.000	UND	20,52	20.520,00
111	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 10MM DE 15M	445581	20	UND	39,20	784,00
112	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 12MM DE 15M	445581	20	UND	27,80	556,00
113	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-4.5	445581	30	UND	6,91	207,20
114	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.0	445581	30	UND	7,05	211,40
115	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.5	445581	30	UND	7,17	215,00
116	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.0	445581	30	UND	7,21	216,40
117	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.5	445581	30	UND	7,19	215,70
118	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.0	445581	30	UND	7,09	212,60

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO 106
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

119	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.5	445581	30	UND	7,20	215,90
120	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.0	445581	30	UND	7,33	220,00
121	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.5	445581	30	UND	7,39	221,80
122	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-2.5	445581	30	UND	6,77	203,10
123	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.0	445581	30	UND	6,67	200,00
124	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.5	445581	30	UND	6,78	203,30
125	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-4.0	445581	300	UND	6,81	2.042,00
VALOR TOTAL						516.166,11
VALOR TOTAL GLOBAL						1.032.217,81

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4. O prazo de vigência da contratação é de até 31.12.2026, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até cinco dias, contados do recebimento da “Ordem de Fornecimento”, em remessa parcelada, conforme as necessidades da administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Qualidade de Vida situada na Rua Carlos Eduardo Gozzo Lopes s/n, Bairro Novo Horizonte, São Francisco do Brejão (MA) CEP: 65.929-000 ou outro setor indicado pela administração.**

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

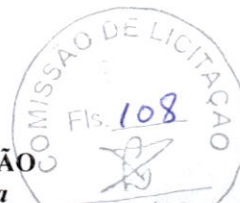
6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até um dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

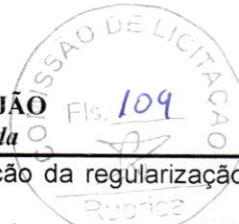
7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

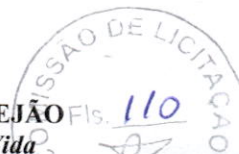
8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

1950

1. The first part of the report is a general introduction to the subject of the study. It discusses the importance of the problem and the objectives of the research.

2. The second part of the report is a detailed description of the methods used in the study. It includes a discussion of the experimental design, the data collection procedures, and the statistical methods used for data analysis.

3. The third part of the report is a presentation of the results of the study. It includes a discussion of the findings and their implications for the field of research.

4. The fourth part of the report is a conclusion and a discussion of the limitations of the study. It also includes a list of references and a list of figures and tables.

5. The fifth part of the report is a list of references. It includes a list of books, articles, and other sources used in the study.

6. The sixth part of the report is a list of figures and tables. It includes a list of figures and tables used in the study.

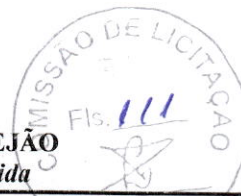
7. The seventh part of the report is a list of figures and tables. It includes a list of figures and tables used in the study.

8. The eighth part of the report is a list of figures and tables. It includes a list of figures and tables used in the study.

9. The ninth part of the report is a list of figures and tables. It includes a list of figures and tables used in the study.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.29.1.1. **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS HOSPITALARES**
- 8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.30. Autorização de funcionamento e comercialização do objeto licitado, emitida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.032.217,81 (um milhão, trinta e dois mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 01.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 8º, § 2º, do Decreto Municipal 056/2017.

São Francisco do Brejão (MA), 26 de março de 2026

Geciane Carneiro Barroso
Secretária Municipal de Saúde

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO 112
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

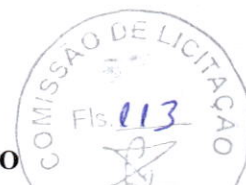
PREGÃO ELETRÔNICO Nº /
(Processo Administrativo nº 025/2026)



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I - INFORMAÇÕES GERAIS

Processo Administrativo nº 025/2026

Órgão Solicitante: SEMUS

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

a) GECIANE CARNEIRO BARROSO

Secretária Municipal de Saúde, Saneamento e Qualidade de Vida, Saneamento e Qualidade de Vida

Portaria nº 004/2025

b) JEFFERSON PEREIRA NASCIMENTO

Farmacêutico

c) BELIZE ALVES DO NASCIMENTO

Diretora do Departamento Municipal de Compras

Portaria nº 015/2025

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

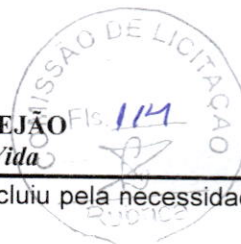
O objeto cuja contratação é pretendida destina-se ao provimento do Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde.

Nesse diapasão, urge salientar que a administração ao longo dos anos vem promovendo a contratação do objeto por meio de processo licitatório a fim de preservar o interesse público atinente a manutenção do atendimento dos munícipes.

Finalmente, após o devido levantamento dos quantitativos necessários à execução do objeto, considerando especialmente a última contratação firmada pela administração e sua respectiva



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



execução durante o exercício financeiro de sua vigência, a equipe técnica concluiu pela necessidade da quantidade esposada na planilha abaixo.

“A Administração tem o dever de estimar os quantitativos da contratação, de modo fundamentado. Essa estimativa deve tomar em vista a eventual existência de outras contratações (correlatas ou interdependentes), inclusive para propiciar ganhos de escala” (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021).

QUANTIDADE ESTIMADA PARA A CONTRATAÇÃO

FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG - COMPRIMIDOS	7.000	UND
2	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG - GOTAS	3.000	UND
	AZITROMICINA 600MG - SUSPENSÃO ORAL	5.000	UND
3	AMOXICILINA 875MG+ACIDO CLAVULÂNICO 125MG - COMPRIMIDOS	10.000	UND
3	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000UI - INJ. C/50 AMP.	30	CX
4	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	2	CX
5	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	7	CX
6	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA - COMPRIMIDOS	7.000	UND
7	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP. C/480	150	CX
8	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HID. MAGNÉSIO + SIMETICONA SUSP. 100ML C/50	200	CX
9	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSP. 100ML	200	CX
10	HIDRALAZINA 25MG-COMPRIMIDO	3.000	UND
11	HIDRALAZINA 50MG-COMPRIMIDO	3.000	UND
12	SULFATO FERROSO 40MG - COMPRIMIDOS	50.000	UND
INJETÁVEIS			
	DESCRIÇÃO	QTD	UND
13	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJ. 5ML C/100 AMP.	30	CX
14	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG - COMPRIMIDOS		
15	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG - GOTAS		
16	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML C/100 AMP.	70	CX
17	ÁGUA PARA INJEÇÃO EV/IM - 500ML C/24 FR	100	CX
18	AMPICILINA 1G - INJ. C/50 AMP.	10	CX
19	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	15	CX
20	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 10MG C/10 AMP.	10	CX
21	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 15MG C/10 AMP.	10	CX
22	CEFALOTINA SÓDICA 1G - INJ. C/50 AMP.	30	CX

100

100

100

100

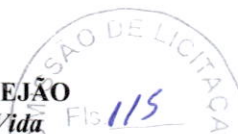
100

100

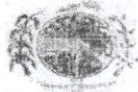




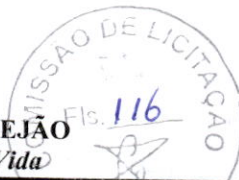
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



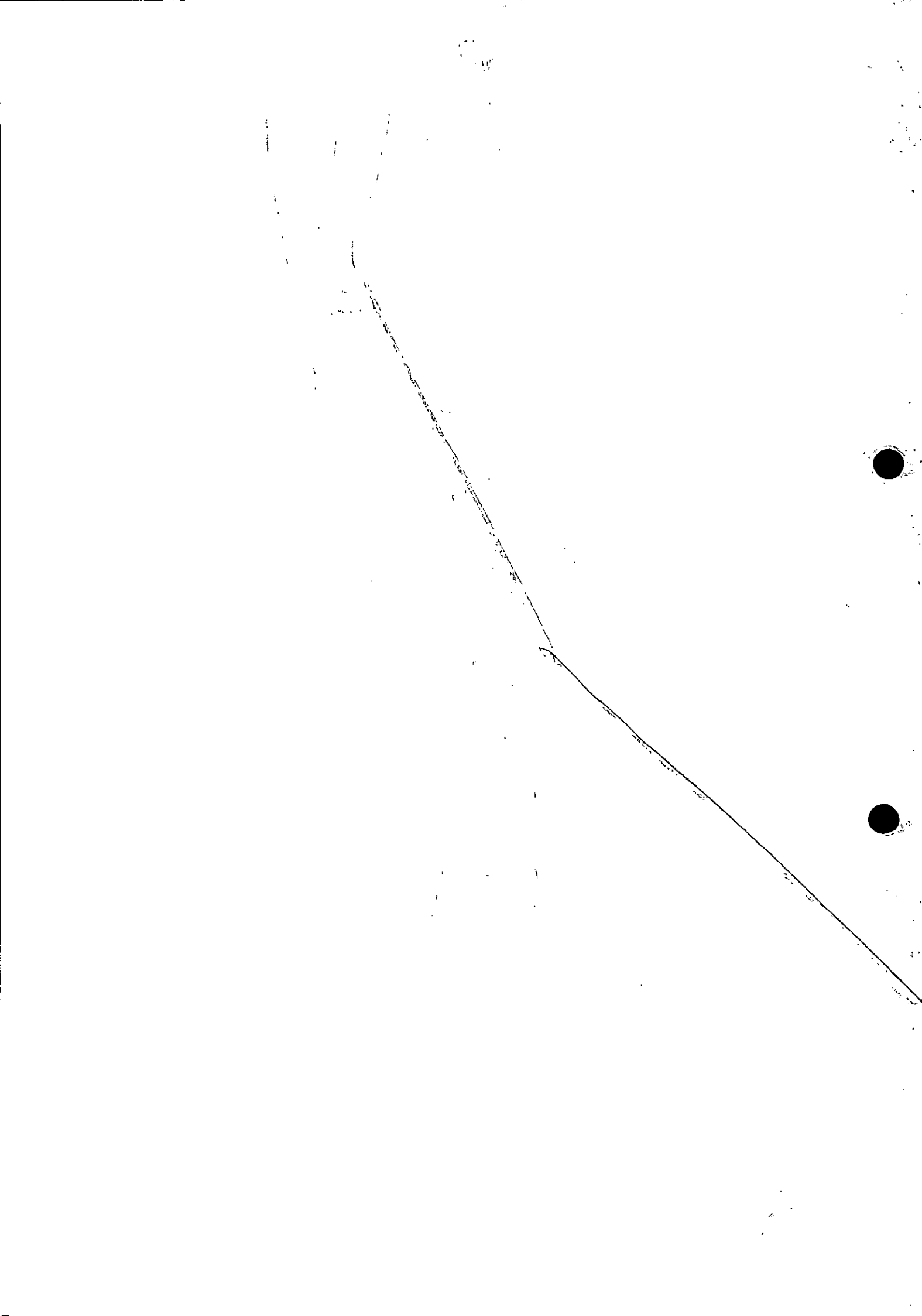
23	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML - SOLUÇÃO INJ. C/100ML	50	UND
24	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 8MG C/50 AMP.	40	CX
25	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML + GLICOSE 8%	300	AMP
26	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML - INJ. 3ML C/100	100	UND
27	FUROSEMIDA 10MG/ML INJ. 2ML C/50 AMP.	70	CX
28	HEPARINA SÓDICA INJ. 5.000UI/ML E 5.000UI	30	UND
29	HIDRALAZINA 20 MG/ML C/100 AMP.	30	CX
30	NEOCAÍNA PESADA 0,5% INJ. C/40 AMP.	10	CX
31	NORIPURUM 100MG/ML	500	AMP
32	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG INJ. 1ML C/50 AMP.	50	CX
33	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML	20	CX
34	OXACILINA INJETÁVEL 500MG	1.200	AMP
INSUMOS E CORRELATOS			
	DESCRIÇÃO	QTD	UND
35	APARELHO DE GLICEMIA	200	UND
36	APARELHO SONAR PORTÁTIL	50	UND
37	AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL RAQUIDIANA 25G C/25 UND	50	CX
38	ATADURA DE GESSADA 20CM C/20 UN	200	PCT
39	CLOREXIDINA DEGERMANTE 1000ML	200	FR
40	CLOREXIDINA ALCOÓLICO 1000ML	200	FR
41	CLOREXIDINA AQUOSO 1000ML	200	FR
42	ESCOVA P/ASSEPSIA COM DEGERMANTE 2%	20	UND
43	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 0	30	CX
44	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 2	30	CX
45	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 3	30	CX
46	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 4	30	CX
47	FORMOL 1000ML	6	FR
48	FRALDA GERIÁTRICA TAM: P	500	UND
49	FRALDA GERIÁTRICA TAM: M	500	UND
50	FRALDA GERIÁTRICA TAM: G	1.000	UND
51	FRALDA GERIÁTRICA TAM:GG	1.000	UND
52	FRASCO UMINIFIADOR DE OXIGÊNIO 250ML	200	UND
53	GEL PARA ULTRA-SOM 5L	100	UND
54	GLUTARALDEIDO 2% 1000ML	15	UND
55	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:P	2.000	UND
56	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:M	2.000	UND
57	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:G	2.000	UND
58	LANCETA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADE	200	CX
59	LENÇOL DESCARTÁVEL HOSPITALAR	300	ROL
60	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.0 (PAR)	1.000	UND
61	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.5 (PAR)	1.000	UND
62	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-8.0 (PAR)	900	UND
63	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-G C/100 UN	1.000	CX

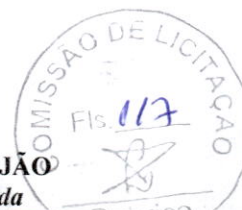
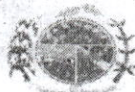


ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



64	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ENCAIXAR	50	UND
65	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ROSQUEADA	50	UND
66	MÁSCARA P/ INALAÇÃO INF. ENCAIXAR	50	UND
67	MULTIVIAS 2 VIAS C/CLAMP	5.000	UND
68	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	100	UND
69	PROPÉ DESC. C/100 UN	100	PCT
70	SACOS DE LIXO HOSPITALAR BRANCO 60 LITROS	400	UND
71	SACO PARA LIXO INFECTANTE REFORÇADO 100L PCT 100	30	PCT
72	SACOS DE LIXO PLATICOS PRETO 60 LITROS	200	UND
73	SABONETEIRA/DISPENSER DE PAREDE COM RESERVATÓRIO INTERNO PARA ÁLCOOL, GEL OU SABONETE LÍQUIDO	20	UND
74	SCALP N-23	2.500	UND
75	SCALP N-25	2.500	UND
76	SCALP Nº 19	1.000	UND
77	SCALP Nº 21	1.000	UND
78	SERINGA DESC. 1ML C/AG 13X4.5	3.000	UND
79	SERINGA DESC. 03ML C/AG 25X7.0	5.000	UND
80	SERINGA DESC. 05ML C/AG 25X7.0	10.000	UND
81	SERINGA DESC. 10ML C/AG 25X7.0	10.000	UND
82	SERINGA DESC. 20ML C/AG 25X7.0	10.000	UND
83	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-10	400	UND
84	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-12	400	UND
85	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-14	400	UND
86	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-16	400	UND
87	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-18	400	UND
88	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-08 C/10	20	CX
89	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-10 C/10	20	CX
90	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-12 C/10	20	CX
91	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-14 C/10	20	CX
92	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-16 C/10	20	CX
93	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-18 C/10	20	CX
94	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-20 C/10	20	CX
95	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-14	1.000	UND
96	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-16	1.000	UND
97	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-18	1.000	UND
98	SONDA URETRAL N-08	1.500	UND
99	SONDA URETRAL N-14	1.500	UND
100	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	1.000	UND
101	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	1.000	UND
102	SORO GLICOSADO 100ML	1.000	UND
103	SORO GLICOSADO 250ML	1.000	UND
104	SORO GLICOSADO 500ML	1.000	UND
105	SORO RINGER SIMPLES 500ML	1.000	UND
106	TESOURA CIRURGICA RETA INOX 17CM	30	UND
107	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ	1.000	UND
108	TESTE RÁPIDO PAR HTLV	1.000	UND
109	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 10MM DE 15M	20	UND
110	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 12MM DE 15M	20	UND





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

111	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-4.5	30	UND
112	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.0	30	UND
113	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.5	30	UND
114	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.0	30	UND
115	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.5	30	UND
116	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.0	30	UND
117	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.5	30	UND
118	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.0	30	UND
119	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.5	30	UND
120	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-2.5	30	UND
121	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.0	30	UND
122	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.5	30	UND
123	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-4.0	300	UND

Do alinhamento com o Planejamento Anual de Compras

O objeto cuja contratação é pretendida encontra-se em consonância com o Planejamento Anual de Compras, mormente considerando sua essencialidade e necessidade à **preservação do interesse público no provimento dos Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde.**

Dos requisitos da potencial contratação

Considerando a natureza da contratação, é de suma importância esclarecer seus requisitos necessários. Assim, em primeiro lugar, há de se ressaltar que o fornecimento do objeto deverá observar os quantitativos constantes nas ordens de fornecimento que, por seu turno, são expedidas de acordo com as necessidades da administração.

Será exigido ainda que o objeto obedeça aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelas normas da ABNT, MERCOSUL, ISO e, ainda, pelos órgãos competentes tais como o INMETRO, ANVISA e outros, sem prejuízo do que dispõe a Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

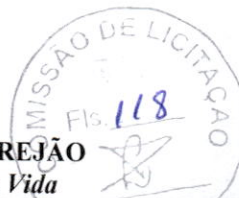
O contrato firmado deverá ter a sua vigência estabelecida em consonância com o exercício financeiro, sendo automaticamente prorrogado acaso não executado todo o objeto no período. (art. 111 da Lei nº 14.133/21)

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

No afã de alcançar a solução suficiente à contratação, promovemos o levantamento de mercado por meio da análise das alternativas cabíveis e pertinentes ao objeto e, na oportunidade, chegou-se à conclusão de que, por tratar-se de **bens comuns** sua oferta no mercado é ampla, podendo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



ser adquirido uma vez deflagrado o competente procedimento licitatório, do qual será extraída a proposta mais vantajosa.

Desta feita, considerando a última contratação do objeto promovida pela administração, bem como utilizando como parâmetro o levantamento dos quantitativos suficientes à satisfação do interesse público, chega-se ao valor estimado da contratação, vide:

PLANILHAS DAS ÚLTIMAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FIRMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Ata de SRP nº 002/2024

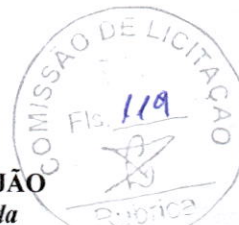
Data: 28.02.2024

DISTRIBUIDORA EXATA DE MEDICAMENTOS EIRELI

FARMÁCIA BÁSICA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
2	ACICLOVIR 400MG – COMPRIMIDOS	UND	300	0,57	171,00
3	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG - COMPRIMIDOS	UND	3000	0,05	150,00
5	ALBENDAZOL 400MG – COMPRIMIDOS	UND	2000	0,15	300,00
6	ALBENDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO C/10ML	UND	400	1,35	540,00
7	AMBROXOL 3MG/ML XAROPE INFANTIL C/100ML	UND	300	8,50	2.550,00
9	AMOXICILINA 500MG CÁPSULAS	UND	8000	0,75	6.000,00
14	ANLODIPINO 5MG – COMPRIMIDOS	UND	900	0,14	126,00
15	APARELHO DE GLICEMIA	UND	30	90,00	2.700,00
17	ATENOLOL 25MG – COMPRIMIDOS	UND	2000	0,13	260,00
18	ATENOLOL 50MG – COMPRIMIDOS	UND	300	0,21	63,00
20	AZITROMICINA 600MG - SUSPENSÃO ORAL	UND	200	15,50	3.100,00
21	BENZILPENICILINA BENZANTINA 1.200.000UI - INJ. C/50 AMP	CX	4	850,00	3.400,00
22	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	4	950,00	3.800,00
24	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	5	900,00	4.500,00
27	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML - GOTAS C/20ML	UND	50	2,29	114,50
30	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DAPIRONA - GOTAS C/20ML	UND	500	11,00	5.500,00
32	CAPTOPRIL 50MG – COMPRIMIDOS	UND	500	0,24	120,00
34	CEFALEXINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML	UND	800	19,00	15.200,00
35	CETOCONAZOL 200MG – COMPRIMIDOS	UND	900	0,55	495,00
36	CETOCONAZOL 20MG - CREME C/30G	UND	300	5,32	1.596,00
37	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML - A 2% C/100ML	UND	50	11,11	555,50
39	CIPROFLOXACINO 500MG - COMPRIMIDOS	UND	1500	0,73	1.095,00
41	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G - GEL 2% C/30G	UND	400	9,50	3.800,00
42	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – COMPRIMIDOS	UND	2000	0,24	480,00
44	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG –	UND	500	0,19	95,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



	COMPRIMIDOS				
46	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA COMP. 4MG	UND	1000	2,00	2.000,00
47	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA COMP. 8MG	UND	1000	1,93	1.930,00
49	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG - COMPRIMIDOS	UND	15000	0,08	1.200,00
51	CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG - COMPRIMIDOS	UND	3500	1,40	4.900,00
53	DEXAMETASONA 0,1MG/ML ELIXIR 100ML	UND	350	4,20	1.470,00
54	DEXAMETASONA 1MG/G CREME 10G	UND	80	3,43	274,40
57	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG - COMPRIMIDOS	UND	2500	0,17	425,00
58	DICLOFENACO RESINATO GOTAS 10ML	UND	500	4,00	2.000,00
59	DICLOFENACO SÓDICO 50MG - COMPRIMIDOS	UND	4000	0,17	680,00
61	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS 10ML	UND	2000	4,50	9.000,00
62	DRAMIN B6 50MG/10MG COMP.	UND	1500	0,95	1.425,00
63	DRAMIN B6 GOTAS 30ML	UN	50	29,60	1.480,00
65	ESPIRONOLACTONA 100MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	1,40	1.400,00
67	ESPIRONOLACTONA 50MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	0,77	770,00
68	FENOTEROL 5MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 20ML	UND	100	8,00	800,00
70	FUROSEMIDA 40MG COMP. C/500	CX	20	6,59	131,80
71	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP. C/480	CX	20	3,24	64,80
72	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG - COMP. C/500	CX	10	44,10	441,00
73	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HID. MAGNÉSIO + SIMETICONA SUSP. 100ML C/50	CX	5	262,43	1.312,15
74	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSP. 100ML	CX	7	440,00	3.080,00
77	IBUPROFENO 600MG - COMPRIMIDOS	UND	2500	0,56	1.400,00
80	IVERMECTINA 6MG - COMPRIMIDOS	UND	4000	1,73	6.920,00
82	LORATADINA 10MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	0,25	250,00
83	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100ML	FR	400	12,87	5.148,00
85	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML - XAROPE C/100ML	FR	600	5,02	3.012,00
86	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG - COMPRIMIDOS	UND	2500	0,14	350,00
88	MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COÍRIO 5ML	UND	100	13,93	1.393,00
90	MEBENDAZOL SUSP. 30ML	FR	800	3,50	2.800,00
92	METILDOPA 500MG - COMPRIMIDOS	UND	1500	1,70	2.550,00
94	METRONIDAZOL CREME VAG. 50G	UND	600	16,00	9.600,00
95	NEOMICINA + BACITRACINA POMADA 15G	UND	300	4,55	1.365,00
96	NIFEDIPINO 10MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	0,21	210,00
98	NIMESULIDA 100MG - COMPRIMIDOS	UND	5000	0,30	1.500,00
99	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS 15ML	UND	300	5,44	1.632,00
100	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60G	UND	300	11,00	3.300,00
102	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G 2% CREME DERMATOLOGICO TOPICO	UND	200	7,81	1.562,00
104	OMEPRAZOL 20MG - COMPRIMIDOS	UND	4500	0,17	765,00
105	OMEPRAZOL 40MG - COMPRIMIDOS	UND	4000	0,24	960,00
106	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS 15ML	FR	1500	3,70	5.550,00
108	PARACETAMOL 750MG - COMPRIMIDOS	UND	13000	0,30	3.900,00
109	PERMETRINA 50MG/G LOÇÃO 5% C/60ML	FR	200	6,64	1.328,00

1853

1853

1853

1853

1853

1853

1853

1853

1853

1853

1853



ESTADO DO MARANHÃO

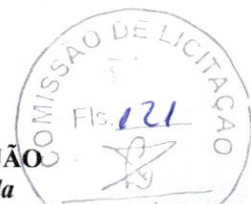
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



110	PREDNISONA 20MG - COMPRIMIDOS	UND	3000	0,37	1.110,00
111	PREDNISONA 5MG COMP.	UND	1300	0,16	208,00
113	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL ENV. 27,9G	UND	1000	1,79	1.790,00
115	SECNIDAZOL 900MG SUSP. 30ML	UND	300	19,00	5.700,00
118	TIRAS PARA GLICEMIA C/50 UN	CX	100	80,00	8.000,00
TOTAL					163.798,15
MEDICAMENTOS HOSPITALARES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
120	ADRENALINA 1MG/ML - INJ. 1ML C/100 AMP.	CX	1	331,24	331,24
121	ÁGUA PARA INJEÇÃO EV/IM - 10ML C/200 AMP.	CX	30	181,77	5.453,10
123	AMIODARONA 50MG/ML - INJ. 3ML C/100 AMP.	CX	5	750,00	3.750,00
124	AMPICILINA 1G - INJ. C/50 AMP.	CX	5	480,00	2.400,00
125	AMPICILINA 500MG - INJ. C/50 AMP.	CX	2	480,00	960,00
127	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	4	750,00	3.000,00
129	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	4	650,00	2.600,00
132	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA (4MG/ML + 500MG/ML) - INJ. 5ML C/100 AMP.	CX	9	650,00	5.850,00
134	CEFALOTINA SÓDICA 1G - INJ. C/50 AMP.	CX	9	450,00	4.050,00
135	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G - INJ. C/50 AMP.	CX	6	500,00	3.000,00
137	CIMETIDINA 150MG/ML - INJ. 2ML C/100 AMP.	CX	4	650,00	2.600,00
141	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML - SOLUÇÃO INJ. C/100ML	UND	50	30,00	1.500,00
144	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA C/V. 20MG/ML - INJ. 2% C/25 AMP.	CX	6	375,00	2.250,00
146	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/ML - INJ. 2ML C/100 AMP.	CX	7	205,00	1.435,00
149	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML - INJ. 2ML C/50 AMP.	CX	6	490,00	2.940,00
151	DEXAMETASONA 4MG/ML INJ. 2,5ML C/100 AMP.	CX	45	360,00	16.200,00
152	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML - INJ. 3ML C/100	UND	20	3,17	63,40
154	NEOCAÍNA PESADA 0,5% INJ. C/40 AMP.	CX	3	590,00	1.770,00
159	VITAMINA - K INJ. 1ML C/50 AMP.	CX	5	195,00	975,00
TOTAL					61.127,74
INSUMOS E CORRELATOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
163	AGULHA DESC. 30X8,0 C/100 UN	CX	30	18,00	540,00
165	ÁLCOOL ETÍLICO 70% - 1000ML	FR	200	11,00	2.200,00
166	ALGODÃO HIDRÓFILO C/500G	UND	100	20,00	2.000,00
167	APARELHO DE PRESSÃO C/ESTETO - ADULTO	UND	30	155,00	4.650,00
168	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 C/50-UM	CX	10	180,00	1.800,00
171	CATÉTER INTRAVENOSO N-20G	UND	1000	1,30	1.300,00
172	CATÉTER INTRAVENOSO N-22G	UND	1500	1,20	1.800,00
174	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 C/500 UM	UND	1200	35,00	42.000,00
176	FITA P/AUTOCLAVE 19MM X 30M	UND	100	7,50	750,00
178	LAMINA DE BISTURI N° 24 C/100 UM	CX	30	48,00	1.440,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



180	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-P C/100 UN	CX	120	30,00	3.600,00
182	ÓLEO MINERAL SOLUÇÃO 100ML	FR	200	8,00	1.600,00
184	SCALP N-23	UND	500	0,38	190,00
185	SCALP N-25	UND	500	0,38	190,00
186	SCALP Nº 19	UND	400	0,38	152,00
187	SCALP Nº 21	UND	300	0,38	114,00
189	SERINGA DESC. 10ML C/AG 25X7.0	UND	2000	0,53	1.060,00
190	SERINGA DESC. 20ML C/AG 25X7.0	UND	2000	0,53	1.060,00
191	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-12 C/10	CX	6	4,85	29,10
192	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-14 C/10	CX	6	4,68	28,08
193	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-18 C/10	CX	7	6,55	45,85
194	SORO FISIOLÓGICO 100ML	UND	800	9,50	7.600,00
196	SORO RINGER SIMPLES 500ML	UND	400	14,00	5.600,00
197	TERMÔMETRO DIGITAL	UND	50	16,05	802,50
TOTAL					80.551,53
TOTAL GERAL					305.477,42

J. P. A. JÚNIOR COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA.

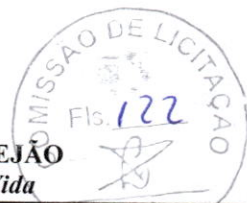
FARMÁCIA BÁSICA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	ACICLOVIR 200MG – COMPRIMIDOS	UND	300	0,21	63,00
4	ÁCIDO FÓLICO 5MG – COMPRIMIDOS	UND	5000	0,06	300,00
8	AMBROXOL 6MG/ML XAROPE ADULTO C/100ML	UND	300	8,49	2.547,00
10	AMOXICILINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML.	UND	400	12,70	5.080,00
11	AMPICILINA 500MG CÁPSULAS	UND	2000	0,99	1.980,00
12	AMPICILINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML	UND	400	7,54	3.016,00
13	ANLODIPINO 10MG – COMPRIMIDOS	UND	800	0,16	128,00
16	ATENOLOL 100MG – COMPRIMIDOS	UND	1000	0,33	330,00
19	AZITROMICINA 500MG – COMPRIMIDOS	UND	3000	1,77	5.310,00
23	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	1	858,00	858,00
25	BENZOATO DE BENZILA SOLUÇÃO 60ML	UND	50	8,00	400,00
26	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML SUSP. ORAL 100ML	UND	250	13,90	3.475,00
28	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS 20ML	UND	50	4,67	233,50
29	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DAPIRONA – COMPRIMIDOS	UND	1300	1,69	2.197,00
31	CAPTOPRIL 25MG – COMPRIMIDOS	UND	20000	0,06	1.200,00
33	CEFALEXINA 500MG – COMPRIMIDOS	UND	8000	1,50	12.000,00
38	CIMETIDINA 200MG – COMPRIMIDOS	UND	800	0,74	592,00
40	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 7,5MG/ML GOTAS 20ML	UND	30	6,49	194,70
43	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG – COMPRIMIDOS	UND	20000	0,29	5.800,00
45	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - GOTAS C/10ML	UND	200	4,56	912,00
50	CLORIDRATO DE RANITIDINA 15MG/ML - XAROPE C/120ML	FR	15	27,41	411,15
55	DEXAMETASONA 4MG – COMPRIMIDOS	UND	500	1,55	775,00
56	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL 60G	UND	50	7,46	373,00



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



60	DIPIRONA SÓDICA 500MG - COMPRIMIDOS	UND	10000	0,32	3.200,00
64	ENATATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL 50+5MG 1ML INJ.	UND	50	21,17	1.058,50
66	ESPIRONOLACTONA 25MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	0,77	770,00
69	FLUCONAZOL 150MG COMP.	UND	400	1,21	484,00
76	IBUPROFENO 50MG/ML - GOTAS 20ML	FR	300	5,50	1.650,00
78	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDOS	UND	3000	0,33	990,00
79	ITRACONAZOL 100MG - COMPRIMIDOS	UND	300	2,52	756,00
81	LEVOFLOXACINO 500MG - COMPRIMIDOS (COTAS EXCLUSIVAS ME, EPP, MEI)	UND	500	3,44	1.720,00
84	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG - COMPRIMIDOS	UND	35000	0,13	4.550,00
87	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG - COMPRIMIDOS	UND	6500	0,16	1.040,00
89	MEBENDAZOL 100MG - COMPRIMIDOS	UND	3000	0,68	2.040,00
91	METILDOPA 250MG - COMPRIMIDOS	UND	1500	1,22	1.830,00
93	METRONIDAZOL 250MG - COMPRIMIDOS	UND	3500	0,38	1.330,00
97	NIFEDIPINO 20MG - COMPRIMIDOS	UND	1000	0,26	260,00
103	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G 2% CREME VAGINAL COM APLICADOR	UND	300	18,90	5.670,00
107	PARACETAMOL 500MG - COMPRIMIDOS	UND	12000	0,24	2.880,00
112	PRESERVATIVOS MASCULINO LUBRIFICADOS C/144	CX	5	167,00	835,00
114	SECNIDAZOL 1G - COMPRIMIDOS	UND	800	2,82	2.256,00
116	SIMETICONA 40MG - COMPRIMIDOS	UND	2500	0,76	1.900,00
117	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 10ML	UND	1000	3,61	3.610,00
TOTAL					87.004,85
MEDICAMENTOS HOSPITALARES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
119	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJ. 5ML C/100 AMP.	CX	3	65,13	195,39
122	AMINOFILINA 24MG/ML - INJ. 10ML C/100 AMP.	CX	5	379,90	1.899,50
126	BENZILPENICILINA BENZANTINA 1.200.000UI - INJ. C/50 AMP	CX	6	479,00	2.874,00
128	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	CX	1	858,00	858,00
131	BROMOPRIDA 5MG/ML - INJ. 2ML C/100 AMP.	CX	14	526,00	7.364,00
133	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - INJ. 1ML C/100 AMP.	CX	6	323,00	1.938,00
136	CETOPROFENO 100MG - INJ. C/100 AMP.	CX	9	552,00	4.968,00
138	CLORANFENICOL 1G - INJ. 10ML C/100 AMP.	CX	1	649,00	649,00
140	CLORETO DE SÓDIO 10% - INJ. 10ML C/200 AMP.	CX	1	212,00	212,00
142	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML - INJ. 50GM C/50 AMP.	CX	3	176,00	528,00
143	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML INJ. 1ML/AMP. C/06 AMP.	CX	6	33,30	199,80
145	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA S/V. 20MG/ML - INJ. 2% C/25 AMP.	CX	10	174,00	1.740,00
147	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 4MG C/50 AMP.	CX	5	127,00	635,00
148	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 8MG C/50 AMP.	CX	5	277,00	1.385,00
150	DEXAMETASONA 2MG/ML - INJ. 1ML C/50 AMP.	UND	15	4,23	63,45
153	FUROSEMIDA 10MG/ML INJ. 2ML C/50 AMP.	CX	10	176,00	1.760,00
155	OMEPRAZOL 40MG - INJ. C/20 FR E 20/AMP	CX	5	333,00	1.665,00
156	SUCCINATO DE HIDROCORTIZONA 100MG INJ. C/50	UND	20	7,86	157,20

2000

2000

2000





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



AMP.					
TOTAL					29.091,34
INSUMOS E CORRELATOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
161	AGULHA DESC. 20X5,5 C/100 UN	CX	15	18,20	273,00
162	AGULHA DESC. 25X7,0 C/100 UN	CX	20	21,25	425,00
164	AGULHA DESC. 40X12,0 C/100 UN	CX	30	21,90	657,00
169	CATÉTER INTRAVENOSO N-16G	UND	200	1,38	276,00
170	CATÉTER INTRAVENOSO N-18G	UND	180	1,22	219,60
173	CATÉTER INTRAVENOSO N-24G	UND	1500	1,38	2.070,00
175	ESPARADRAPO HIPOALÉRGICO 10M X 5CM	UND	30	29,00	870,00
177	LÂMINA DE BISTURI Nº 23 C/100 UM	CX	20	54,90	1.098,00
179	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-G C/100 UN	CX	100	30,50	3.050,00
181	ÓLEO DE GIRA SOL 100ML (AGE)	FR	100	24,90	2.490,00
183	PVPI DEGERMANTE 1000ML	FRC	20	7,46	149,20
188	SERINGA DESC. 05ML C/AG 25X7.0	UND	3000	0,54	1.620,00
195	SORO FISIOLÓGICO 250ML	UND	1500	14,18	21.270,00
TOTAL					34.467,80
TOTAL GERAL					150.563,99

MP MEDICAMENTOS E SERVIÇOS CLÍNICOS LTDA.

FARMÁCIA BÁSICA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
48	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG - COMPRIMIDOS	UND	2000	0,26	520,00
52	COMPLEXO - B - COMPRIMIDOS	UND	2000	0,59	1.180,00
75	IBUPROFENO 100MG/ML - GOTAS 20ML	FR	800	6,22	4.976,00
101	NISTATINA SUSP. ORAL	UND	100	9,15	915,00
TOTAL					7.591,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
130	BICARBONATO DE SÓDIO 10% - INJ. C/100 AMP.	CX	2	209,90	419,80
139	CLORETO DE POTÁSSIO 10% - INJ. 10ML C/200 AMP.	CX	1	195,00	195,00
157	SUCCINATO DE HIDROCORTIZONA 500MG INJ. C/50 AMP.	UND	20	12,00	240,00
158	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ML. SOL. INJ	UND	120	1,90	228,00
TOTAL					1.082,80
INSUMOS E CORRELATOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
160	AGULHA DESC. 13X4,5 C/100 UN	CX	20	21,00	420,00
TOTAL					420,00
TOTAL GERAL					9.093,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



Ata de SRP nº 039/2024

Data: 24.10.2024

J. P. A JUNIOR ATACADSITA DE MEDICAMENTOS EIRELI.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
2	ACICLOVIR 200MG - COMPRIMIDOS	268370	UND	500	0,25	125,00
4	AMBROXOL 6MG/ML XAROPÉ ADULTO C/100ML	446263	UND	10.00 0	2,84	28.400,00
6	AMOXICILINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML. (COTA EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)	360817	UND	2.500	5,26	13.150,00
7	AMPICILINA 500MG CÁPSULAS	434076	UND	4.000	0,55	2.200,00
8	AMPICILINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML	484699	UND	5.500	6,18	33.990,00
9	ANLODIPINO 10MG - COMPRIMIDOS	380249	UND	4.000	0,08	320,00
11	AZITROMICINA 500MG - COMPRIMIDOS	232970	UND	8.000	0,85	6.800,00
14	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25MG/ML - GOTAS C/20ML	396470	UND	300	2,00	600,00
16	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS 20ML	269956	UND	1.000	1,78	1.780,00
17	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA - COMPRIMIDOS	412380	UND	5.000	0,31	1.550,00
18	CAPTOPRIL 25MG - COMPRIMIDOS	267613	UND	30.00 0	0,04	1.200,00
19	CEFALEXINA 500MG - COMPRIMIDOS	412387	UND	8.000	0,73	5.840,00
20	CETACONAZOL 200MG-COMPRIMIDOS	226962	UND	7.000	0,30	2.100,00
21	CET'ACONAZOL 20MG-CREME C/30G	308736	UND	5.000	3,30	16.500,00
23	COMPLEXO B -COMPRIMIDOS	466524	UND	10.00 0	0,06	600,00
25	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 7,5MG/ML GOTAS 20ML	272201	UND	100	6,30	630,00
26	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG - COMPRIMIDOS	602640	UND	50.00 0	0,18	9.000,00
27	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - GOTAS C/10ML	267311	UND	4.000	1,91	7.640,00
30	DEXAMETASONA 1MG /G CREME 10G	406477	UND	4.500	1,77	7.965,00
32	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL 60G	607946	UND	1.000	4,37	4.370,00
34	DRAMIN B6 50MG/10MG (COTA EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)	464130	UND	750	16,39	12.292,50
35	DIPIRONA SÓDICA 500MG - COMPRIMIDOS	267203	UND	50.00 0	0,13	6.500,00
36	ENATATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL 50+5MG 1ML INJ.	276856	UND	200	17,13	3.426,00
38	FLUCONAZOL 150MG COMP.	253405	UND	3.500	0,47	1.645,00
39	IBUPROFENO 50MG/ML - GOTAS 20ML	294643	FR	6.000	2,30	13.800,00
40	IBUPROFENO 300 MG COMPRIMIDOS	267677	UND	6.000	0,14	840,00
43	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG - COMPRIMIDOS	268856	UND	50.00 0	0,05	2.500,00
45	MEBENDAZOL 100MG - COMPRIMIDOS	267692	UND	5.000	0,22	1.100,00
46	METILDOPA 250MG - COMPRIMIDOS	267689	UND	5.000	0,61	3.050,00
47	METRONIDAZOL 250MG - COMPRIMIDOS	267717	UND	8.000	0,18	1.440,00
49	NISTATINA SUSP. ORAL	267378	UND	5.000	4,81	24.050,00
52	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS 15ML	273711	UND	7.000	1,58	11.060,00
53	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G 2% CREME VAGINAL COM APLICADOR	268162	UND	1.000	9,00	9.000,00
54	OMEPRAZOL 20MG - COMPRIMIDOS	267712	UND	5.000	0,07	350,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



56	PRESERVATIVOS MASCULINO LUFRIACADOS C/144	618399	CX	3	49,98	149,94
59	SIMETICONA 40MG - COMPRIMIDOS	412963	UND	2.750	0,12	330,00
TOTAL						236.293,44
MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
64	AMINOFILINA 24MG/ML - INJ. 10ML C/100 AMP.	292402	CX	20	476,25	9.525,00
66	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	270616	CX	10	449,22	4.492,20
67	BICARBONATO DE SÓDIO 10% INJ C/100 AMP.	412636	CX	10	89,73	897,30
70	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA MONO. 4MG/500MG/ML	270621	CX	100	140,00	14.000,00
72	CLORANFENICOL 1G - INJ. 10ML C/100 AMP.	335100	CX	5	376,10	1.880,50
74	CLORETO DE SÓDIO 10% - INJ. 10ML C/200 AMP.	270020	CX	10	96,52	965,20
82	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML	606626	CX	120	114,50	13.740,00
84	OMEPRAZOL 40MG - INJ. C/20 FR E 20/AMP	268160	CX	100	119,97	11.997,00
85	POLIVITAMÍNICO INJ. 2ML C/100 AMP.	431349	CX	150	136,00	20.400,00
87	SUCCINATO DE HIDROCORTIZONA 500MG INJ. C/50 AMP.	399082	CX	100	290,00	29.000,00
TOTAL						106.897,20
INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
88	APARELHO NEBULIZADOR/INALADOR INFANTIL	445191	UND	50	90,00	4.500,00
89	APARELHO NEBULIZADOR/INALADOR ADULTO	445191	UND	50	90,00	4.500,00
94	AGUA PARA INJEÇÃO 500ML	367898	UND	500	7,40	3.700,00
96	CATÉTER INTRAVENOSO N-16G	447027	UND	500	0,80	400,00
97	CATÉTER INTRAVENOSO N-18G	447027	UND	1.000	0,87	870,00
104	ESPARADRAPO HIPOALÉRGICO 10M X 5CM	452354	UND	500	5,50	2.750,00
105	FRASCO UMINIFIADOR DE OXIGÊNIO 250ML	435410	UND	200	19,50	3.900,00
106	FIXADOR CELULAR CITOLÓGICO 100ML	443358	UND	60	7,00	420,00
107	COMPRESSAS DE GAZES ESTÉREIS	615449	UND	30.000	0,58	17.400,00
109	LAMINA DE BISTURI Nº 23 C/100 UM	461984	CX	30	27,00	810,00
110	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-P C/100UNI	619861	CX	500	17,50	8.750,00
111	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-M C/100 UM	619861	CX	500	17,50	8.750,00
112	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-G C/100 UM	619861	CX	500	17,50	8.750,00
115	PVPI DEGERMANTE 1000ML	381746	FRC	150	31,00	4.650,00
116	SERINGA DESC. 05ML C/AG 25X7.0	470782	UND	3.000	0,21	630,00
117	SONDA DE ALÍVIO Nº 12	437443	UND	2.000	0,68	1.360,00
TOTAL						72.140,00
TOTAL GERAL						415.330,64

[illegible]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



Ata de SRP nº 040/2024

Data: 24.10.2024

C. M. DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	ACEBROFILINA 10MG/ML	448839	UND	3.000	7,00	21.000,00
5	AMOXICILINA 50MG/ML - SUSPENSÃO C/60ML. (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	360817	UND	7.500	3,80	28.500,00
15	BROMIDRATO DE FENETEROL 5ML C/20ML	396471	UND	300	2,95	885,00
29	DEXAMETASONA 0,1/ML ELIXIR 100ML	268243	UND	5.000	2,95	14.750,00
48	NEOMICINA+BACITRACINA 15G	429797	UND	5.000	0,99	4.950,00
57	PREDNISONA 5MG COMP.	267741	UND	5.500	0,07	385,00
TOTAL						70.470,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
63	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJ. 5ML C/100 AMP.	327566	CX	15	460,00	6.900,00
65	BENZILPENICILINA BENZANTINA 1.200.000UI - INJ. C/50 AMP	270617	CX	30	355,00	10.650,00
68	BROMOPRIDA 5MG/ML - INJ. 2ML C/100 AMP.	269958	CX	50	139,00	6.950,00
69	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - INJ. 1ML C/100 AMP.	267282	CX	50	150,00	7.500,00
71	CETOPROFENO 100MG - INJ. C/100 AMP.	448844	CX	100	189,00	18.900,00
76	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML INJ. 1ML/AMP. C/06 AMP.	272198	CX	15	9,00	135,00
77	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA S/V. 20MG/ML - INJ. 2% C/25 AMP.	442445	CX	100	99,00	9.900,00
78	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 4MG C/50 AMP.	268507	CX	30	80,00	2.400,00
86	SUCCINATO DE HIDROCORTIZONA 100MG INJ. C/50 AMP.	399082	CX	60	195,00	11.700,00
TOTAL						75.035,00
INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
90	AGULHA DESC. 13X4,5 C/100 UN	470783	CX	300	6,00	1.800,00
91	AGULHA DESC. 20X5,5 C/100 UN	454093	CX	500	6,50	3.250,00
92	AGULHA DESC. 25X7,0 C/100 UN	451792	CX	500	6,50	3.250,00
93	AGULHA DESC. 40X12,0 C/100 UN	420529	CX	500	7,00	3.500,00
99	CATÉTER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	447027	UND	3.000	1,00	3.000,00
100	CLAP UMBILICAL DESCARTÁVEL C/100	607353	CX	10	45,00	450,00
101	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:P	479755	UND	2.000	1,30	2.600,00
102	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:M	479757	UND	2.000	1,50	3.000,00
103	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:G	479756	UND	2.000	1,50	3.000,00
113	EQUIPO MULTIVIA	620778	UND	5.000	0,55	2.750,00
118	SORO FISIOLÓGICO 100ML (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	394814	UND	7.500	3,60	27.000,00
119	SORO FISIOLÓGICO 100ML (COTA EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)	394814	UND	2.500	4,00	10.000,00
120	SORO FISIOLÓGICO 250ML (COTA DE	394814	UND	7.500	4,00	30.000,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



AMPLA CONCORRÊNCIA)							
121	SORO FISIOLÓGICO 250ML (COTA EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)	394814	UND	2.500	4,50	11.250,00	
TOTAL						104.850,00	
TOTAL GERAL						250.355,00	

Ata de SRP nº 041/2024

Data: 25.10.2024

MEDICAR MED LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
3	ÁCIDO FÓLICO 5MG - COMPRIMIDOS	448601	UND	10.000	0,05	500,00
10	ATENOLOL 100MG - COMPRIMIDOS	232593	UND	7.000	0,16	1.120,00
13	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML SUSP. ORAL 100ML	394856	UND	2.000	6,74	13.480,00
31	DEXAMETASONA 4MG - COMPRIMIDOS	247289	UND	3.500	0,27	945,00
37	ESPIRONOLACTONA 25MG - COMPRIMIDOS	259071	UND	3.000	0,24	720,00
58	SECNIDAZOL 1G - COMPRIMIDOS	268301	UND	2.000	1,40	2.800,00
61	SULFATO FERROSO 40MG - COMPRIMIDOS	292344	UND	10.000	0,05	500,00
TOTAL						20.065,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
83	FUROSEMIDA 10MG/ML INJ. 2ML C/50 AMP.	292732	CX	30	50,05	1.501,50
TOTAL						1.501,50
INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
95	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 C/50 UND	170402	CX	30	61,29	1.838,70
98	CATÉTER INTRAVENOSO N-24G	447027	UND	2.500	0,59	1.475,00
108	GEL PARA MEIOS DE CONTATO 1KG	406993	UND	200	7,75	1.550,00
TOTAL						4.863,70
TOTAL GERAL						26.430,20

Ata de SRP nº 042/2024

Data: 25.10.2024

MEDMAX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
22	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML A 2% C/100ML	271103	UND	200	8,69	1.738,00
28	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG - COMPRIMIDOS	247469	UND	5.000	0,27	1.350,00
60	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS 10ML	412965	UND	1.500	1,87	2.805,00
62	SULFATO DE SABULTAMOL 5MG/ML	404658	UND	1.500	18,94	28.410,00
TOTAL						34.303,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
73	CLORETO DE POTÁSSIO 10% - INJ. 10ML C/200 AMP.	267161	CX	10	70,00	700,00
79	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 8MG C/50 AMP.	268505	CX	30	108,50	3.255,00

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1000 S. MICHIGAN AVE.
CHICAGO, ILL. 60607

TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001

WWW.CHICAGO.EDU

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

CHICAGO, ILL. 60607

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Sanesmento e Qualidade de Vida



80	DEXAMETASONA 2MG/ML - INJ. 1ML C/50 AMP.	368168	CX	100	56,50	5.650,00
81	DEXAMETASONA 4MG/ML INJ.	292427	CX	150	130,00	19.500,00
TOTAL						29.105,00
TOTAL GERAL						63.408,00

Ata de SRP nº 043/2024

Data: 25.10.2024

TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
41	ITRACONAZOL 100MG - COMPRIMIDOS	268861	UND	500	1,09	545,00
42	LEVOFLOXACINO 500MG - COMPRIMIDOS (COTAS EXCLUSIVAS ME, EPP, MEI)	305270	UND	2.500	1,12	2.800,00
44	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG - COMPRIMIDOS	267652	UND	10.000	0,06	600,00
50	NIFEDIPINO 10MG - COMPRIMIDOS	448640	UND	5.000	0,13	650,00
51	NIFEDIPINO 20MG - COMPRIMIDOS	448641	UND	5.000	0,21	1.050,00
55	PARACETAMOL 500MG - COMPRIMIDOS	602639	UND	20.000	0,10	2.000,00
TOTAL						7.645,00

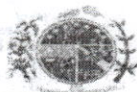
Ata de SRP nº 044/2024

Data: 25.10.2024

C DE CARVALHO COMERCIAL LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
12	BENZOATO DE BENZILA SOLUÇÃO 60ML	311143	UND	250	8,45	2.112,50
24	CIMETIDINA 200MG - COMPRIMIDOS	267627	UND	2.000	0,61	1.220,00
33	DRAMIN B6 50MG/10MG (COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA)	464130	UND	2.250	13,05	29.362,50
TOTAL						32.695,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
75	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML - INJ. 50GM C/50 AMP.	268960	CX	10	209,50	2.095,00
TOTAL						2.095,00
INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
114	ÓLEO DE GIRA SOL 100ML (AGE)	620710	FR	200	5,90	1.180,00
TOTAL						1.180,00
TOTAL GERAL						35.970,00

Portanto, ante os aspectos acima levantados, conclui-se que a solução adequada à satisfação do interesse público é a realização de procedimento licitatório para a aquisição do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



<i>Soluções</i>	<i>Vantagens (pontos fortes)</i>	<i>Desvantagens (riscos, limitações, problemas)</i>
<i>Realização de Procedimento Licitatório</i>	<i>Obtenção de proposta mais vantajosa</i>	<i>Não se aplica</i>
<i>Custo Estimado</i>	<i>R\$ 600.000,00</i>	

IV – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1 - Descrição da solução

Conforme demonstrado acima, promovido o levantamento qualitativo e quantitativo do objeto e, concluindo tratar-se de **bem comum** cuja oferta no mercado é ampla, indica-se a título de solução (contratação do objeto) a realização de procedimento licitatório, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

2 – Justificativa acerca do parcelamento da contratação

Por seu turno, orienta-se a adoção de contratação **por item** ante a possível divisibilidade do objeto. Assim, restará garantida a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Sobre o tema trazemos à baila o entendimento pacificado pelo E. TCU, vide:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade” (Súmula TCU nº 247). Os itens reunidos em um lote devem guardar alguma relação entre si”. (Denúncia TCE/MG nº 980437/2016)

No tocante a execução contratual, deverá ser observado que a entrega dos materiais será em conformidade com as necessidades da administração, ou seja, de acordo com as quantidades constantes na **“Ordem de Fornecimento”**. Assim, **a execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, por meio da entrega dos itens definidos pela administração segundo suas necessidades, no momento da expedição da respectiva “Ordem de Fornecimento”.**

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

3 - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes do objeto *sub examinem*.

4 – Resultados pretendidos

O resultado pretendido com a contratação é a preservação do interesse público no provimento do Hospital Municipal e demais Unidades de Saúde, propiciando aos mesmos os medicamentos e insumos hospitalares necessários à consecução dos trabalhos diários de atendimento de pacientes e enfermos.

5 - Providências a serem adotadas

No que tange às providências a serem adotadas urge esclarecer que o contrato de entrega dos materiais deverá ser executado pelo vencedor do competente procedimento licitatório a partir da data de sua assinatura até o fim do exercício financeiro em curso, sendo automaticamente prorrogado acaso não esgotados seus quantitativos, nos moldes do que preconiza o art. 111 da Lei nº 14.133/21.

A entrega do objeto, por sua natureza, não implicará na necessidade de adequações no ambiente físico da administração e tampouco de capacitação de servidores para o seu recebimento posto tratar-se de bens comuns.

6 - Possíveis impactos ambientais

A Constituição da República assim estabelece em seu art. 225, *in verbis*:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Nesse contexto, considerando que dentre os pressupostos de regularidade das contratações levadas a efeito pela administração encontram-se as normas e orientações pertinentes à sustentabilidade, é de suma importância estabelecer que o objeto observe rigorosamente em sua fabricação, conforme o caso, as disposições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme o caso.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



O objeto cuja contratação é pretendida não enseja qualquer impacto ambiental no município posto que, uma vez exigida as suas certificações junto a ANVISA, registro no SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual) e SIM (Serviço de Inspeção Municipal) e demais órgãos responsáveis pela fiscalização de seu processo de fabricação, resguardada está a integridade do meio ambiente municipal.

Urge ressaltar que o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU especifica a necessidade de exigir o registro dos produtos tanto na ANVISA quanto nos demais órgãos de fiscalização, sejam federais, estaduais ou municipais, conforme a natureza.

Tais disposições deverão ser observadas no momento da análise das propostas de preços provisoriamente vencedoras, nos autos do processo.

Tal justificativa guarda consonância com o Parecer nº 00001/2021 CNS/CGU/AGU.

V – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Considerando todo o exposto e fundamentado, conclui-se que, em se tratando de contratação de **bens comuns** cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste ETP e, por consequência, no TR e instrumento convocatório;

Considerando tratar-se de bens cuja oferta no mercado é ampla e, portanto, deve ser estabelecida disputa entre os interessados em contratar com a administração a fim de permitir a seleção da proposta mais vantajosa e, conseqüentemente, garantir a observância aos princípios da eficiência e economicidade, dentre outros;

Considerando, por fim, que a aquisição do objeto não gera impacto ambiental ao município;

CONCLUI-SE

pela necessidade de deflagração do competente processo licitatório a fim de que sejam promovidos todos os atos legais voltados à aquisição do objeto pretendido, observada rigorosamente a legislação de vigência, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Tomadas as providências acima indicadas, resguardado estará o interesse público da contratação.

GECIANE CARNEIRO BARROSO
Secretária Municipal de Saúde, Saneamento e Qualidade de Vida, Saneamento e Qualidade de Vida
Portaria nº 004/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



JEFFERSON PEREIRA NASCIMENTO
Farmacêutico

BELIZE ALVES DO NASCIMENTO
Diretora do Departamento Municipal de Compras
Portaria nº 015/2025

APROVO o Estudo Técnico Preliminar nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
Prefeita Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
(Processo Administrativo nº 025/2026)

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
DO BREJÃO (MA) E A EMPRESA**
.....

O Município de São Francisco do Brejão (MA), através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 14.001.532/0001-58, com sede administrativa na Av. Castelo Branco nº 64, centro, neste ato representado por sua Secretária Municipal Sra. **GECIANE CARNEIRO BARROSO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 025/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ____/____**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição eventual e futura de medicamentos e material de consumo hospitalar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº ____/____**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UND	QTD	V. UNT.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em 31/12/2026, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ____ (____)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

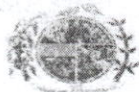
8.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

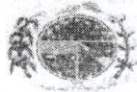
9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

100

6. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973).

Figure 1. The effect of the number of trials on the number of correct responses. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups.

...and the fact that the *Journal* is a journal of the American Psychological Association, the largest and most influential organization in the field of psychology, adds to the journal's prestige and makes it a must-read for all psychologists.

...the

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1010 spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.

[illegible][illegible]

...and the fact that the *Journal* is a journal of the American Psychological Association, the largest and most prestigious of the psychological organizations in the United States, is a source of great pride for me.

1. *Journal of Management Studies*, 1996, 33, 1, 1-14.

1. *Journal of Management Studies*, 1997, 34, 1, 1-14.

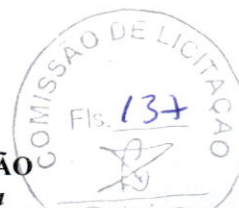
...and the fact that the *Journal* is a journal of the American Psychological Association, the largest and most influential organization in the field of psychology, is a testament to the journal's impact on the field.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.



THE
UNITED STATES
DEPARTMENT OF
THE ARMY
OFFICE OF THE
CHIEF OF STAFF
WASHINGTON, D. C.

MEMORANDUM FOR THE
CHIEF OF STAFF
SUBJECT: [Illegible]

1. [Illegible]

2. [Illegible]

3. [Illegible]

4. [Illegible]

5. [Illegible]

6. [Illegible]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de Açailândia (MA), comarca da qual o município de São Francisco do Brejão (MA) é termo judiciário, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Brejão (MA), ____ de ____ de 2026

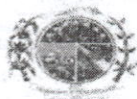
CONTRATANTE

CONTRATADA

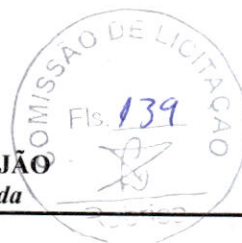
TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
(Processo Administrativo nº 025/2026)
ANEXO III
(Proposta de Preços)

Prezados Senhores,

_____ de _____ de _____

_____ (empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e R.G. n.º _____, abaixo assinado propõe à Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão – MA, através da Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida, os preços infra discriminados para a aquisição eventual e futura de medicamentos e material de consumo hospitalar, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº ____/____ - CPL:

FARMÁCIA BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG – COMPRIMIDOS	267503	7.000	UND		
2	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG – GOTAS	267503	3.000	UND		
3	AZITROMICINA 600MG - SUSPENSÃO ORAL	267140	5.000	UND		
4	AMOXICILINA 875MG+ACIDO CLAVULÂNICO 125MG – COMPRIMIDOS	271111	10.000	UND		
5	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	30	CX		
6	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	2	CX		
7	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	7	CX		
8	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DAPIRONA – COMPRIMIDOS	270622	7.000	UND		
9	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP. C/480	267671	150	CX		
10	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HID. MAGNÉSIO + SIMETICONA SUSP. 100ML C/50	433257	200	CX		
11	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSP. 100ML	433257	200	CX		
12	HIDRALAZINA 25MG-COMPRIMIDO	268115	3.000	UND		
13	HIDRALAZINA 50MG-COMPRIMIDO	268115	3.000	UND		
14	SULFATO FERROSO 40MG - COMPRIMIDOS	406799	50.000	UND		
VALOR TOTAL						

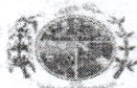
INJETÁVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
15	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJ. 5ML C/100 AMP.	327566	30	CX		
16	ÁCIDO FÓLICO 0,4MG - COMPRIMIDOS	267503	1000	UND		
17	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG – GOTAS	267503	500	UND		
18	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML C/100 AMP.	271691	70	CX		
19	ÁGUA PARA INJEÇÃO EV/IM - 500ML C/24 FR	315056	100	CX		
20	AMPICILINA 1G - INJ. C/50 AMP.	268207	10	CX		
21	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA 400.000UI - INJ. C/50 AMP.	365542	15	CX		
22	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 10MG C/10 AMP.	270095	10	CX		
23	BUPIVACAÍNA HIPERBÁRICA 0,5% 15MG C/10 AMP.	270095	10	CX		
24	CEFALOTINA SÓDICA 1G - INJ. C/50 AMP.	460699	30	CX		

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



25	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 2MG/ML - SOLUÇÃO INJ. C/100ML	267632	50	UND		
26	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA INJ. 8MG C/50 AMP.	268507	40	CX		
27	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5MG/ML + GLICOSE 8%	270095	300	AMP		
28	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML - INJ. 3ML C/100	271000	100	UND		
29	FUROSEMIDA 10MG/ML INJ. 2ML C/50 AMP.	267666	70	CX		
30	HEPARINA SÓDICA INJ. 5.000UI/ML E 5.000UI	448983	30	UND		
31	HIDRALAZINA 20 MG/ML C/100 AMP.	268115	30	CX		
32	NEOCAÍNA PESADA 0,5% INJ. C/40 AMP.	272167	10	CX		
33	NORIPURUM 100MG/ML	292344	500	AMP		
34	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG INJ. 1ML C/50 AMP.	269761	50	CX		
35	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML	627367	20	CX		
36	OXACILINA INJETÁVEL 500MG	268513	1.200	AMP		
					VALOR TOTAL	

INSUMOS E CORRELATOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
37	APARELHO DE GLICEMIA	609957	200	UND		
38	APARELHO SONAR PORTÁTIL	454905	50	UND		
39	AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL RAQUIDIANA 25G C/25 UND.	423947	50	CX		
40	ATADURA DE GESSADA 20CM C/20 UM	444354	200	PCT		
41	CLOREXIDINA DEGERMANTE 1000ML	398705	200	FR		
42	CLOREXIDINA ALCOÓLICO 1000ML	626227	200	FR		
43	CLOREXIDINA AQUOSO 1000ML	457163	200	FR		
44	ESCOVA P/ASSEPSIA COM DEGERMANTE 2%	620165	20	UND		
45	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 0	487629	30	CX		
46	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 2	487629	30	CX		
47	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 3	487629	30	CX		
48	FIO DE SUTURA VICRYL Nº 4	487629	30	CX		
49	FORMOL 1000ML	443871	6	FR		
50	FRALDA GERIÁTRICA TAM: P	616018	500	UND		
51	FRALDA GERIÁTRICA TAM: M	616018	500	UND		
52	FRALDA GERIÁTRICA TAM: G	616018	1.000	UND		
53	FRALDA GERIÁTRICA TAM:GG	616018	1.000	UND		
54	FRASCO UMINIFIADOR DE OXIGÊNIO 250ML	395538	200	UND		
55	GEL PARA ULTRA-SOM 5L	475840	100	UND		
56	GLUTARALDEIDO 2% 1000ML	389527	15	UND		
57	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:P	406274	2.000	UND		
58	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:M	406274	2.000	UND		
59	KIT ESPÉCULO VAGINAL DESC. COMPLETO TAM:G	406274	2.000	UND		
60	LANCETA DESCARTÁVEL C/100 UNIDADE	303151	200	CX		
61	LENÇOL DESCARTÁVEL HOSPITALAR	615779	300	ROL		
62	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.0 (PAR)	620102	1.000	UND		
63	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-7.5 (PAR)	620102	1.000	UND		

**ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO***Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida*

64	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N-8.0 (PAR)	620102	900	UND		
65	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM-G C/100 UM	620102	1.000	CX		
66	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ENCAIXAR	623739	50	UND		
67	MÁSCARA P/ INALAÇÃO ADT. ROSQUEADA	623739	50	UND		
68	MÁSCARA P/ INALAÇÃO INF. ENCAIXAR	623739	50	UND		
69	MULTIVIAS 2 VIAS C/CLAMP	609816	5.000	UND		
70	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	618293	100	UND		
71	PROPÉ DESC. C/100 UM	436853	100	PCT		
72	SACOS DE LIXO HOSPITALAR BRANCO 60 LITROS	635629	400	UND		
73	SACO PARA LIXO INFECTANTE REFORÇADO 100L PCT 100	635629	30	PCT		
74	SACOS DE LIXO PLATICOS PRETO 60 LITROS	635629	200	UND		
75	SABONETEIRA/DISPENSER DE PAREDE COM RESERVATÓRIO INTERNO PARA ÁLCOOL, GEL OU SABONETE LÍQUIDO	477938	20	UND		
76	SCALP N-23	437168	2.500	UND		
77	SCALP N-25	437168	2.500	UND		
78	SCALP Nº 19	437168	1.000	UND		
79	SCALP Nº 21	437168	1.000	UND		
80	SERINGA DESC. 01ML C/AG 13X4.5	439728	3.000	UND		
81	SERINGA DESC. 03ML C/AG 25X7.0	439728	5.000	UND		
82	SERINGA DESC. 05ML C/AG 25X7.0	439728	10.00 0	UND		
83	SERINGA DESC. 10ML C/AG 25X7.0	439728	10.00 0	UND		
84	SERINGA DESC. 20ML C/AG 25X7.0	439728	10.00 0	UND		
85	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N 10	454401	400	UND		
86	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-12	454401	400	UND		
87	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-14	454401	400	UND		
88	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-16	454401	400	UND		
89	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N-18	454401	400	UND		
90	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-08 C/10	454401	20	CX		
91	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-10 C/10	454401	20	CX		
92	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-12 C/10	454401	20	CX		
93	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-14 C/10	454401	20	CX		
94	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-16 C/10	454401	20	CX		
95	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-18 C/10	454401	20	CX		
96	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N-20 C/10	454401	20	CX		
97	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-14	454401	1.000	UND		
98	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-16	454401	1.000	UND		
99	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA N-18	454401	1.000	UND		
100	SONDA URETRAL N-08	454401	1.500	UND		
101	SONDA URETRAL N-14	454401	1.500	UND		
102	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	452796	1.000	UND		
103	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	452796	1.000	UND		
104	SORO GLICOSADO 100ML	452796	1.000	UND		
105	SORO GLICOSADO 250ML	452796	1.000	UND		
106	SORO GLICOSADO 500ML	452796	1.000	UND		
107	SORO RINGER SIMPLES 500ML	452796	1.000	UND		
108	TESOURA CIRURGICA RETA INOX 17CM	637041	30	UND		
109	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ	356905	1.000	UND		

THE UNITED STATES OF AMERICA
DEPARTMENT OF THE ARMY
OFFICE OF THE CHIEF OF STAFF
WASHINGTON, D. C. 20315

MEMORANDUM FOR THE CHIEF OF STAFF
SUBJECT: [Illegible]

1. [Illegible]

2. [Illegible]

3. [Illegible]

4. [Illegible]

5. [Illegible]

6. [Illegible]

7. [Illegible]

8. [Illegible]

9. [Illegible]

10. [Illegible]

11. [Illegible]

12. [Illegible]

13. [Illegible]

14. [Illegible]

15. [Illegible]

16. [Illegible]

17. [Illegible]

18. [Illegible]

19. [Illegible]

20. [Illegible]

21. [Illegible]

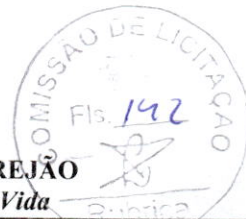
22. [Illegible]

23. [Illegible]

24. [Illegible]

25. [Illegible]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



110	TESTE RÁPIDO PAR HTLV	30114	1.000	UND		
111	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 10MM DE 15M	445581	20	UND		
112	TUBO DE LÁTEX SILICONIZADO 12MM DE 15M	445581	20	UND		
113	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-4.5	445581	30	UND		
114	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.0	445581	30	UND		
115	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-5.5	445581	30	UND		
116	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.0	445581	30	UND		
117	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-6.5	445581	30	UND		
118	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.0	445581	30	UND		
119	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-7.5	445581	30	UND		
120	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.0	445581	30	UND		
121	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO N-8.5	445581	30	UND		
122	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-2.5	445581	30	UND		
123	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.0	445581	30	UND		
124	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-3.5	445581	30	UND		
125	TUBO ENDOTRAQUEAL SEM MANGUITO N-4.0	445581	300	UND		
VALOR TOTAL						
VALOR TOTAL GLOBAL						

OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATMAT

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado imediatamente, a partir do recebimento da "Ordem de Fornecimento" expedida pela Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida;
- c) O valor total da proposta é de R\$ ____ (____)

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the President's policy for the new year. The letter is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

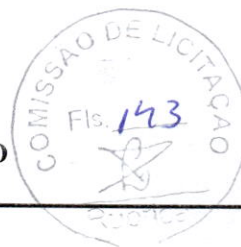
3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The report is written in a very formal and dignified style, and it is full of references to the Constitution and the laws of the United States.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
(Processo Administrativo nº 025/2026)
ANEXO IV
(Minuta Ata SRP)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL**, instituída por Lei Municipal, com sede e foro na cidade de São Francisco do Brejão - MA na Rua Padre Cícero nº 51, Centro, neste ato representada por seu **Presidente/Pregoeiro**, Sr. **Lucas Silva Alencar**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº 039938712010-9 SSP-MA e do CPF nº 606.253.343-10, nomeado por meio da Portaria nº 024/2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ____/2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de ____/____/2026, processo administrativo nº 025/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **fornecimento de medicamentos e material de consumo hospitalar**, especificado(s) no(s) item(ns) **1** do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº ____/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	OBJETO	UND.	QTD.	P. UNIT.	P. TOT.
1					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Comissão Permanente de Licitações.

3.2. Os órgãos participantes da presente ata são: **Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Qualidade de Vida**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou

pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a



CONFIDENTIAL

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

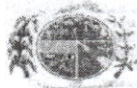
DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/01 BY 60322 UCBAW/STP

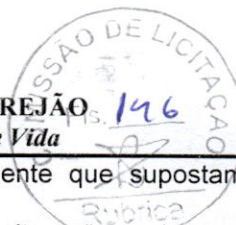
EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

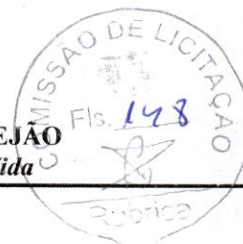
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Francisco do Brejão (MA) ____ de ____ de 2026

Lucas Silva Alencar
Pregoeiro
Órgão Gerenciador

Empresa
Representante Legal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida



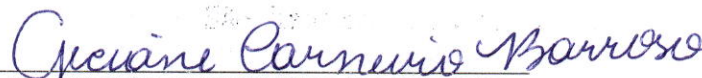
Senhor Assessor Jurídico:

São Francisco do Brejão (MA), 30 de março de 2026

Encaminhamos a Vossa Senhoria Minuta do edital de licitação e seus anexos na modalidade Pregão Eletrônico, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos e material de consumo hospitalar, conforme termo de referência acostado ao feito, para o devido exame e emissão e parecer jurídico. (**art. 53, § 1º da Lei nº 14.133/21**).

Certos de sua breve apreciação, subscrevemo-nos.

Atenciosamente


GEICIANE CARNEIRO BARROSO

Secretária Municipal de Saúde, Saneamento e Qualidade de Vida

À

Assessoria Jurídica do Município de São Francisco do Brejão – MA

NESTA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER

A PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA), no exercício de suas atribuições legais, vem proceder à análise e emissão de **Parecer Jurídico**.

Trata-se de solicitação de realização de despesas para, em adotando os procedimentos legais cabíveis, proceder à realização de certame para registro de preços, destinado a ***“[...] aquisição eventual e futura de medicamentos e materiais de consumo hospitalares [...]”***.

Promovida a elaboração do Estudo Técnico Preliminar com o levantamento de todas as questões pertinentes, a Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Qualidade de Vida procedeu à deflagração da Intenção de Registro de Preços – IRP, pesquisa de preços, elaboração de termo de referência e abertura de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico (SRP).

É o relatório. Passo a opinar.

Com efeito, a natureza do objeto do certame deflagrado se coaduna com o disposto no parágrafo único do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

“XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;” (destaques e grifos nossos)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Cumprе observar que a minuta do instrumento convocatório exige, à título de participação no certame, toda a documentação a que aludem os arts. 62 e ss., da Lei nº 14.133/21 o que, de plano, permite-nos constatar, *in casu*, a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, dentre outros.

Por outro ângulo, em se tratando de objeto cujas quantidades necessárias à satisfação do interesse público *a priori* não podem ser exatamente definidas, o sistema de registro de preços se mostra o mais adequado à administração, observado o disposto nos arts. 82 e ss. da Lei nº 14.133/21.

Observa-se, ainda, que a minuta do edital do certame prevê, minuciosamente, as regras da licitação, bem como traz como conteúdo anexos contendo a seguinte documentação: Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta do contrato, minuta de proposta de preços e minuta de Ata de Registro de Preços, o que se coaduna com o interesse público e legislação aplicável.

No tocante à minuta do contrato administrativo, acostada ao feito, é de se ver que encontra-se em conformidade com os ditames do art. 92 da Lei 14.133/21.

Sobre o tema, invocamos a lição de José dos Santos Carvalho Filho que, no mesmo diapasão, ensina:

“Por outro lado, devem constar nos contratos o preâmbulo, o nome das partes e seus representantes, o objeto do ajuste, o ato autorizativo do contrato, o número do processo da licitação, ou, se for o caso, da dispensa ou da inexigibilidade, e a menção de que seu regime jurídico é o da Lei 8.666/93.

CLÁUSULAS ESSENCIAIS

Constituem cláusulas essenciais dos contratos administrativos aquelas indispensáveis à validade do negócio jurídico. As cláusulas

